



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1270/06	DATA: 29/11/2006
INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 15h55min	DURAÇÃO: 01h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h02min	PÁGINAS: 20	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ÉRICO RIBEIRO – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimentos.
--

OBSERVAÇÕES
Há intervenção fora do microfone, inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Declaro abertos os trabalhos da 38ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada a cópia da ata da 37ª Reunião.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Sr. Presidente, requiero a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deferido.

Em votação a dispensa da leitura da ata. (*Pausa.*)

Aprovada.

Temos, na Ordem do Dia, o depoimento do nobre Deputado Érico Ribeiro, acompanhado do seu advogado, Dr. Floriano Dutra Neto.

Concedo, pelo tempo que for preciso, a palavra a S.Exa., para que preste suas declarações.

Em seguida, daremos a palavra ao ilustre Relator, Deputado Zenaldo Coutinho, que, se entender necessário, formulará suas indagações a respeito do fato constante na representação e que é do conhecimento de S.Exa.

Finalmente, se porventura alguns dos Conselheiros inscritos previamente quiserem utilizar-se da palavra, a Presidência a concederá.

Dando início ao depoimento, concedo a palavra ao Deputado Érico Ribeiro, pelo tempo que for necessário.

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Nelson Trad. Quero saudar também o Relator deste processo, Deputado Zenaldo Coutinho, e os demais Deputados que se encontram presentes, Deputado Edinho, Deputado Germano. Começaria, Sr. Presidente, falando da defesa de um processo contra mim, que nunca esperei que fosse ocorrer aqui nesta Casa. Gostaria de começar, já que os senhores não me conhecem ou não conhecem a minha história, falando um pouquinho sobre a minha história. Sou engenheiro civil, formado em 1959 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como a minha família, o meu pai era da área arroseira, já era um grande arroseiro, eu fui com ele plantar arroz, e sou um produtor rural. E, à mercê de muito trabalho, muita luta naqueles municípios bem no extremo sul do nosso País, transformamo-nos num dos maiores produtores de grãos nas décadas de 80 e 90. Nós chegamos a produzir



algo em torno de 250 mil toneladas de arroz. Somos ainda um dos maiores empregadores da metade sul do Rio Grande do Sul. Sou cidadão honorário de uns 10 municípios da minha região. Sou colaborador constante de hospitais, de entidades de benemerência e entidades filantrópicas; sou ex-Presidente do Centro das Indústrias do Município de Pelotas; sou Industrial do Ano — deste ano — das Indústrias; sou comerciante do Ano da Associação Comercial de Pelotas; sou produtor rural emérito da Associação Rural de Pelotas; sou, há mais de 30 anos, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, do Sistema FIERGS, e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, e, quem sabe, há uns 20 anos, eu sou Vice-Presidente dessas entidades da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Para também dizer o que nós fazemos e como é o nosso trabalho, temos uma escola agrícola de 2º grau dentro de um empreendimento nosso, dentro de uma empresa rural nossa. Dali já se tem formado uma porção de agrônomos, veterinários e até advogados, que saíram dessa escola de 2º grau. A manutenção dessa escola, transporte de professores e alunos são custeados por nós. Posso garantir a V.Exas., Srs. Deputados, que o custo mensal ultrapassa os 10 mil reais. Sou pai de 3 filhos — 1 filho e 2 filhas —, tenho 2 genros e 1 nora. E uma preocupação minha sempre foi deixar que eles assumissem, aos poucos, a direção das nossas empresas. E, então, fui dedicar-me a uma coisa que sempre gostei, sempre participei na retaguarda. Aí, então, fui candidato a Prefeito de Pelotas, em 1992; fui candidato a Vice-Governador do Rio Grande do Sul, em 1994. Elegi-me Deputado Estadual, em 1998; e Deputado Federal, em 2002. Vim para cá com a única e exclusiva intenção de ajudar, de contribuir e não de me servir. Nunca imaginei que poderia ser acusado de me apropriar de recursos públicos. E vou mostrar aos senhores que não me apropriei. Conheci o Sr. Darci Vedoin em uma visita que se fez a Mato Grosso, em Cuiabá, uma visita partidária; em várias visitas que se fez, visitamos o *showroom* da empresa do Sr. Vedoin. E eu declarei, na defesa que fiz à CPMI, que fiquei até entusiasmado em ver um gaúcho, um homem que saiu lá de Santa Maria, fazendo sucesso com sua empresa em Mato Grosso do Sul. Isso aí foi em 2003. Em 2004... Aliás, nesse entretempo, encontrei o Sr. Darci mais de uma vez aqui na Câmara dos Deputados, nos corredores ou no Salão Verde. E, agora, fui surpreendido com a notícia de que estava sendo acusado pelo



Sr. Luiz Antônio Vedoin, filho desse Sr. Darci e que eu provavelmente não me lembro de tê-lo encontrado, nunca falei com ele. Então, o Sr. Luiz Antônio Vedoin declarou à Polícia Federal que fez um acordo comigo e que me daria 10% sobre todas as emendas que ele conseguisse colocar equipamentos dele, lá no Rio Grande do Sul, e que, como sinal de negócio, tinha remetido 10 mil reais para um assessor meu. Mas, no mesmo depoimento ao delegado, ele disse que não compareceu a nenhuma licitação porque ele não era do Rio Grande do Sul e lá tinha concorrentes. É de se perguntar: então, qual é a razão do acordo com o Deputado, se ele, já de antemão, sabia que ele não era do Rio Grande do Sul e sabia muito, ele sabia, de longa data, que lá há o maior concorrente que existe, que é a Marcopolo, que é a maior produtora desse tipo de veículos, quem sabe, uma das maiores do mundo. Então, como é que ele fez esse acordo comigo? Depois ele disse aqui neste Conselho que realmente nunca conversou comigo e que ele conversou foi com assessores meus, e que o recurso que ele mandou não era para mim e, sim, era recurso para a campanha política de 1994, segundo turno, lá em Pelotas. Então, eu fui surpreendido com isso. Não sabia disso. Evidente, eu era o coordenador-geral da campanha do Prefeito Bernardo de Souza e terminamos ganhando a eleição. Mas realmente não sabia desses recursos que foram para lá remetidos. Em minha defesa, quando apareceu essa notícia, os Prefeitos da Zona Sul, todos se manifestaram exatamente dizendo que eu nunca, em nenhuma das Prefeituras, que eu mandei emendas, que eu pedi, interferi, fiz qualquer menção a licitação. Inclusive tem o depoimento na CPMI da Presidente da AZONASUL, que é a Associação de Prefeitos lá no Extremo Sul, em que ela declara, depois de consultar todos os Prefeitos de 22 municípios, ela declara, autorizada pelos Prefeitos, que em nenhum deles jamais eu interferi em qualquer licitação, em qualquer Prefeitura. Então, realmente mostra que eu não estou interessado em licitação. Eu ia acrescentar o seguinte: eu sou ainda representante da Massey Ferguson. Então, eu evito, de certa forma, botar máquinas agrícolas nas minhas emendas, e também por isso. Mas sábado mesmo eu fui entregar uma à Prefeitura, fui entregar uma emenda minha de 80 mil reais, fui entregar um Trator Ford de fora. Eu não estou interessado, eu não vim para cá para ganhar dinheiro, não vim para cá para me servir do cargo, não foi essa a intenção para eu vir para cá. Eu vim para cá é para trabalhar, trabalhar em



favor da classe rural, trabalhar em favor da Zona Sul. E realmente essa denúncia que foi feita contra mim me tirou uma eleição garantida. Eu tinha feito 87 mil votos na eleição passada e nessa eu imaginava — e concorria com um Deputado Federal da minha cidade, do meu partido —, e nessa, como não tinha nenhum concorrente, eu imaginava faria mais de 100, 120 mil votos. No entanto, não fui reeleito. Então, hoje eu estou aqui fazendo este depoimento e gostaria exatamente que apressassem esse processo, porque eu me tenho como uma pessoa séria. Eu sou até um pouco... Difícil a gente estar dizendo isso, mas realmente eu não quero sair daqui como um Deputado que tenha se aproveitado do cargo. A minha grande, a grande pretensão é sair daqui inocentado. Não quero, não vim para cá para me servir do cargo público e não quero sair daqui — isso sim, eu gostaria de dizer, para terminar o meu depoimento —, não quero sair daqui como uma pessoa que tenha cometido algo deplorável, não quero sair daqui como um ladrão. Eu quero sair daqui como aquilo que eu imagino que eu seja: um homem de bem. E por isso eu estou aqui fazendo este depoimento para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - A Presidência passa a palavra ao Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Sr. Presidente, Deputado Érico, prezados colegas, ilustres advogados. Nas suas últimas palavras V.Exa. faz um apelo de celeridade do processo. Eu quero logo começar a minha manifestação evidenciando essa extrema necessidade do Conselho de Ética. Eu dizia ainda há pouco, na sala da Presidência, que nós recebemos a incumbência do Conselho de julgarmos 67 colegas. Certamente, muitos desses colegas estão envolvidos e deverão merecer deste Conselho a devida proposição de cassação. No entanto, há outros — que também não são tão poucos — que foram injustiçados no processo pela irresponsável denúncia que foi divulgada no País inteiro.

Este Conselho, portanto, tem a obrigação de agir com inteira isenção e responsabilidade, no sentido de propor a condenação daqueles que merecem e absolver aqueles que não têm nenhuma responsabilidade. Daí por que quero, logo de início, dizer a V.Exa. que os meus relatórios dos 3 processos serão entregues na semana que vem, na quarta-feira da semana que vem.



Começo indagando a V.Exa. V.Exa., na sua manifestação inicial, disse que conheceu o Sr. Darci Vedoin e esteve na empresa PLANAM fazendo uma visita. Isso foi confirmado. Inclusive nos autos do processo já temos essas informações. Depois o filho do Sr. Darci, Luiz Antônio Vedoin, veio ao Conselho de Ética e desfez qualquer afirmação que pudesse responsabilizá-lo em envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias ou sanguessugas. Foi afirmado o repasse de 10 mil reais para o Sr. Flávio Santos Silva e que não houve nenhuma emenda de ambulância dirigida a essa empresa PLANAM ou sequer alguma associada a ela, já que, pelo próprio Vedoin, foi dito que havia concorrente no seu Estado, o Rio Grande do Sul. Foi também manifestada a questão da ajuda na eleição municipal, que não implica em nenhuma atitude que comprometa a atuação do Deputado, até porque nós, Parlamentares, todos atuamos nas nossas eleições e nas eleições municipais. Então, de 2 em 2 anos, a democracia impõe a todos aqueles que são agentes públicos, detentores de mandatos a estarem envolvidos no processo político. Portanto, também nesse aspecto não há nenhuma imputação que possa decorrer de quebra de decoro parlamentar por parte de V.Exa.

Na verdade, Deputado Érico, Deputado Presidente, não formulei nenhum questionamento ao Deputado Érico, porque, após analisar os autos do processo, após estudar com acuidade o relatório da CPI; após analisar os depoimentos do Sr. Vedoin, tanto na Polícia Federal, quanto neste Conselho de Ética; após analisar a defesa apresentada preliminarmente por escrito por V.Exa., estou convicto, com juízo formado, de propor a absolvição de V.Exa. V.Exa. pagou um preço no processo político eleitoral indevido, e acho que este Conselho de Ética e a Câmara dos Deputados têm o dever de agir com justiça e com isenção.

Devo dizer que, na minha condição de Relator, do outro extremo do País, do Pará, eu que nunca desfrutei de relações com V.Exa. me sinto mais à vontade ainda para poder já antecipar meu relatório por todas as razões apresentadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, colega Relator Zenaldo Coutinho, Deputado Érico Ribeiro, Dr. Floriano Dutra Neto, advogado, meus colegas,



vou falar pouco, porque não temos muito o que acrescentar. Como dito pelas próprias palavras do Relator, já que V.Exa. falou na minha frente, devo dizer que esse também é o meu juízo.

Conheço o Deputado Érico há mais ou menos 5 anos. Não sou amigo dele de longa data, mas aprendi a conviver com uma pessoa séria, aprendi a dialogar em reuniões, contatos, discutindo questões da agricultura, do arroz, dos orçamentos para Santa Catarina, para o Paraná, para o Rio Grande do Sul, quando nos reunimos. A minha conclusão é que se trata de uma pessoa idônea, uma pessoa capaz e um digno representante do Rio Grande do Sul aqui nesta Casa. É a minha avaliação.

Como disse, não o conheço profundamente, mas também tentei fazer uma pesquisa, até porque vou votar aqui, e quero votar consciente. Todos nós queremos isso, não estamos aqui para prejudicar quem quer que seja, mas também temos a nossa honra, temos o nosso compromisso aqui de, no mínimo, agir com a nossa consciência.

Procurei saber um pouco mais da história do Érico. Quero dizer que é um dos brasileiros que o Brasil, se ainda não tem, deve ter orgulho, pelo trabalho, pela família, pelo que representa para o País. Não encontrei nada que o desabone. Pode ser que tenha, também não fiz uma pesquisa muito profunda, mas a pesquisa que fiz, os contatos que fiz, não encontrei nada que desabone a conduta de V.Exa. E o próprio Luiz Antônio Vedoin disse que, de fato, nunca falou com V.Exa. sobre o assunto. No mínimo, refez o que disse ou alguém interpretou alguma coisa nesse sentido. Falo assim porque também não acompanhei anteriormente. Já foi, inclusive, castigado com a reeleição.

Eu não tenho dúvida nenhuma, tenho pelo menos convicção, de que o colega Érico Ribeiro está aqui em Brasília, na Câmara dos Deputados, representando o Rio Grande do Sul aqui no Congresso Nacional; eu não tenho dúvida alguma que não veio para cá para ganhar dinheiro e para se meter em esquema de corrupção ou coisa parecida. Eu não tenho dúvida disso, até porque ele não precisa disso: é representante de empresas, proprietário de empresas bem-sucedidas que honram o Rio Grande do Sul e o Brasil.



E por não existir nenhuma outra denúncia, nada que prove o envolvimento de V.Exa. — não existe nada materializado que comprove o envolvimento do nobre colega —, e aqui, pela nossa convivência, nós também passamos a ter noção de quem é quem, na convivência, no dia-a-dia com as pessoas. Eu não sou o Relator, mas uso aqui o direito de me manifestar como integrante deste Conselho e dizer, nobre Relator — não tenho também a mínima intenção de interferir no relatório, ninguém me viu fazer isso alguma vez aqui —, que tenho o direito aqui de manifestar o meu sentimento de que não tenho dúvida de que o Deputado Érico Ribeiro é inocente nessa parada. Abriram a metralhadora, e muitos, acredito, serão inocentados, porque realmente não estão comprometidos.

É a minha avaliação a respeito do Deputado Érico Ribeiro. O que eu lamento é não tê-lo a partir do ano que vem para continuarmos discutindo as questões sérias como sempre tratamos aqui nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado José Otávio Germano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO - Sr. Presidente, Deputado Nelson Trad; Deputado Zenaldo Coutinho, Relator deste processo; Deputado Érico Ribeiro, meu amigo, que eu, diferentemente dos demais que estão nesta reunião, conheço durante grande parte da minha vida. Saúdo, ainda, o Procurador, Dr. Floriano Dutra Neto, e demais Parlamentares aqui presentes.

Também de maneira muito sucinta, Deputado Nelson Trad, não apenas como integrante deste Conselho, não apenas como representante do Rio Grande do Sul ao lado do Deputado Érico Ribeiro nesta Casa, mas especialmente pela necessidade que senti de poder aduzir a este depoimento, a esta reunião do Conselho de Ética um sentimento que me acompanha, que é o de externar uma posição que vai ao encontro daquilo que foi manifestado pelo nobre Relator, Deputado Zenaldo Coutinho, com quem tive a honra de poder conviver durante 2 anos, quando o Deputado Zenaldo presidia com brilho e competência a Assembléia Legislativa do Pará e eu tive a honra de poder presidir a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Vai tempo nisso, e o destino faz com que estejamos juntos aqui.



Durante esta Legislatura estive, boa parte dela ou grande parte dela, licenciado desta Casa e desempenhando a função de Secretário de Estado da Justiça e da Segurança no Rio Grande do Sul. Retornando ao convívio dos meus prezados pares, pude encontrar exatamente neste Conselho de Ética, indicado que fui pelo meu partido, o abrigo das causas que defendo. Pude aqui encontrar o amparo com relação à maneira como penso e como ajo dentro da vida pública.

Em razão disso é que não entendo e não acho que, ao contrário e a despeito do que alguns dizem... E pude pessoalmente acompanhar o sofrimento, o drama vivido pelo Deputado acusado, pela sua família, que conheço, sua esposa, que está aqui presente, seus filhos, seus amigos, seus companheiros, seus parceiros, seus admiradores, seus eleitores, enfim, um sofrimento generalizado em cima de uma circunstância política e de uma denúncia desmentida neste próprio Conselho de Ética.

Estava ao lado do Deputado Zenaldo Coutinho e pude junto com S.Exa. argüir o Sr. Luiz Antônio Vedoin, quando ele, aqui mesmo, neste plenário, desmentia qualquer tipo de relacionamento com o Deputado Érico Ribeiro. Na minha visão, não é porque o Deputado Érico Ribeiro possui empresas, ou porque possui uma situação financeira boa, ou porque possui propriedades, ou porque é representante de grandes empresas. A mim isso não faz diferença se eventualmente eu tivesse sabido, ou tivesse o conhecimento, ou nos autos do processo houvesse qualquer tipo de deformidade na conduta do Parlamentar.

Pouco importam para mim os valores, se 10, se 1, se 100, se 1 milhão. A mim, Deputado Edinho Bez, sei que V.Exa. concorda com isso também, como nobre representante do nosso irmão, o Estado de Santa Catarina, pouco importaria. Eu não estaria aqui a fazer este depoimento na defesa desta instituição e na defesa dos valores tão necessários na vida pública e não mais na necessidade da defesa do Deputado Érico Ribeiro, até porque todos nós já ouvimos preliminarmente, antecipadamente, o posicionamento de quem mais do que todos nós conhece o processo, que é o Relator, Deputado Zenaldo Coutinho.

Então, cumprimento V.Exa., Deputado Zenaldo Coutinho, exatamente pela lucidez, pela tranqüilidade e pelo equilíbrio tão necessário a nós todos que somos parte deste Conselho e que estamos todos examinando processos, alguns deles



justos e verdadeiros e que merecem nossa exemplar punição. Mas V.Exa. dá exatamente o conforto para que a justiça seja restabelecida, a verdade apareça e o prejuízo fique apenas sendo eleitoral e não moral, que me parece ser o grande objetivo do eminente Deputado Érico Ribeiro, meu amigo — e faço questão de que isso fique registrado nestes autos —, figura por demais conhecida do Rio Grande, um empresário exemplar, um Parlamentar no âmbito da Assembléia Legislativa e de Câmara Federal de conduta ilibada e exemplar.

Enfim, cumprimento V.Exa. e lamento também que fatos como esses tenham interferido na vida política do nosso País, dos nossos Estados. Essa é a lamentação que não volta, que não se busca mais. Quer dizer, mais prejuízo político e mais sofrimento por que passou o Deputado Érico Ribeiro é impossível. Então cabe a nós, sim, reparar aquilo que de mais sagrado existe na vida de um homem, que é exatamente o resgate da sua dignidade, da sua honra, da sua altivez. E eu acho, Deputado Érico Ribeiro, depois das palavras do Deputado Zenaldo Coutinho, que V.Exa. alcança esse objetivo, embora tardiamente, mas ainda em tempo hábil de poder oferecer o conforto e a tranqüilidade para V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tem a palavra o Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Apenas para fazer umas últimas considerações e dizer que o fato de o empresário que liderou esse esquema das ambulâncias no Brasil, Luiz Antônio Vedoin, ter, em primeiro lugar, acusado V.Exa. e depois retirado a acusação não foi sequer considerado por mim, nem a primeira, nem a segunda. Por quê? Porque não foi seguido de prova. A acusação não foi seguida de prova. E depois, o desmentido apenas confirmara aquilo que não fora apresentado no primeiro momento. Sobretudo, o que foi por mim considerado não foi nem a história de V.Exa., porque eu não tive o prazer de conhecê-lo. O depoimento daqueles que o conhecem acabaram de enfatizar a honradez, a seriedade e o espírito público com que V.Exa. tem se conduzido, mas eu não tive o prazer de conhecer a história de V.Exa. Eu me ative exclusivamente ao fato, ao episódio, à acusação. Exclusivamente a isso. E justamente por isso, eu quero dizer também a V.Exa., que não foi por atender a pedido de absolutamente ninguém, não foi sequer



considerando o passado de V.Exa., mas foi pela demonstração evidente e cabal da inocência de V.Exa. E, portanto, V.Exa. não é sequer devedor de absolutamente nenhuma manifestação aqui. V.Exa. é credor, porque na verdade acabou sendo atingido indevidamente no processo democrático e certamente também a família de V.Exa. é envolvida. E a determinação com que eu, na qualidade de Relator, ajo para defender a minha convicção, o meu juízo, seria a mesma na mão inversa, se eu tivesse a convicção da responsabilidade de V.Exa. Apenas essas considerações finais, antecipando o relatório escrito que irei entregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Otávio Germano) - Passo a palavra ao eminente Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Deputado Érico, há quantos anos V.Exa. é filiado ao PP, do Rio Grande do Sul?

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Deputado Nelson Trad, eu sou filiado, eu me filiei em 1957, ou 58, ao Partido Libertador. Depois, quando exterminaram os partidos, o PSB, PSD, PTB, o PL, UDN, eu fiquei na ARENA. E daí segui no PDS e até hoje nunca troquei de partido.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Quer dizer que o senhor continua parlamentarista? (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Continuo parlamentarista. Realmente continuo parlamentarista.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Deputado, o senhor se recorda quem era o Presidente do PP de Mato Grosso que fez o convite, em nome do diretório regional, para o senhor apreciar o *show room* da PLANAM?

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não, não me recordo o nome do... Como é que foi a sua pergunta, que eu não entendi bem.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O Presidente do PP regional de Mato Grosso que fez o convite a V.Exa. para visitar o *show room* da PLANAM.

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Em primeiro lugar não foi... Foram vários... Era um convite para várias pessoas, não foi feito especificamente pelo Presidente. Agora, nem sei bem quem é que convidou também. Entramos num ônibus e fomos visitar, entre outras coisas, a PLANAM, que eu nem sabia que era PLANAM. Eu sabia que era um gaúcho. Acho que até foi ele, gaúcho, que nos



convidou para ir lá. Ele, Darci Vedoin, que nos convidou para visitar o *show room* dele. A presidência, eu não me lembro o nome do presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Do seu correligionário o senhor não se recorda.

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não. Parece-me que o presidente era um Deputado Estadual, parece que era um Deputado Estadual que nós tínhamos lá.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O senhor não se recorda?

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - O assessor Flávio Santos Silva, ele é seu assessor ainda?

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - É meu assessor.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele estava à sua disposição aqui no seu gabinete, ou ele serve...

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não, ele serve lá em Pelotas.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Desenhe para o Conselho a anatomia moral do assessor de V.Exa., Flávio Santos Silva.

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Olha, ele é um rapaz simples, um homem simples, de pouca cultura, que há 8 anos trabalha comigo e ele combinado com... Eu o tenho em alta conta, o tenho como uma pessoa séria.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele comunicou a V.Exa. o recebimento desses 10 mil reais?

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não, não, isso aí ele não comunicou. Isso aí foi acerto deles ao fazer a campanha porque esse recurso, pelo que sei, não foi oficializado. Foi o erro que eles cometeram. Quando eles pediram esse recurso para essa empresa não havia nada contra ela. Em 2004 não havia ainda nada contra ela. Então, eles usaram esse recurso numa campanha lá feita por eles mesmos, com candidatos à vereança, com candidatos que tinham sido derrotados e outras pessoas. Eles mesmos que fizeram a campanha, eu não fiquei sabendo disso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - E esse dinheiro não foi contabilizado...

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não, não foi contabilizado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - ...nas suas contas eleitorais?



O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não, não foi.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Estou satisfeito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Não, não, isso aí não é na minha campanha, isso foi na campanha a Prefeito de Pelotas. Não foi na minha campanha.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Fica registrada a retificação da minha pergunta.

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Ah, não, pensei que o senhor falava... Não isso aí foi tudo em 2004, eleição para Prefeito. Foi em outubro, exatamente no segundo turno da eleição em que o Prefeito Bernardo derrotou o candidato do PT, que na ocasião era candidato à reeleição.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Fica o registro da retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Otávio Germano) - Consulto V.Exa., Deputado Érico Ribeiro se quer fazer mais alguma manifestação ou não.

O SR. DEPUTADO ÉRICO RIBEIRO - Olha, eu só gostaria de dizer que realmente sinto-me constrangido porque nunca me imaginei numa situação como essa. Fazer política eu entendia como uma coisa que a gente vem com um ideal para fazer o bem, produzir o bem, procurar contribuir, contribuir com o Estado, contribuir com o pessoal que me representa, que grande parte são produtores agrícolas também. Aqui temos vários projetos. Eu mesmo fiz vários projetos. Infelizmente, como todos os senhores sabem, os nossos projetos... há 2 anos parece que não se vota nenhum projeto de Deputado. Há projetos importantes como o projeto que inclusive já foi aprovado no Senado, do atual Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que permite a importação de princípios ativos já usados no Brasil. Por exemplo, eu sou produtor agrícola. No Uruguai e na Argentina se usa produtos, defensivos agrícolas por 20% do valor do que pagamos aqui. São coisas que eu procurava... que eu vim para cá na tentativa de ter aprovado projeto que beneficiasse a produção agrícola, que beneficiasse a nossa metade sul, que é a metade pobre do Rio Grande do Sul. E eu fui um grande carreador de recursos para aquela região. Todos os Prefeitos... Levei recursos vultosos para aquela região. Jamais me imaginei numa situação assim como esta que eu vivi e que aqui eu estou me defendendo. No dia 4 de julho, meu filho fez aniversário e as denúncias



apareceram no dia 2, 3, ou 1º de julho, por aí. Eu não fui ao aniversário do meu filho envergonhado com a acusação de que eu estava sendo, que eu estava recebendo... A pessoa vem para cá na tentativa de ajudar, de contribuir e se vê envolvido numa acusação dessa natureza. Por isso acho muito importante a minha inocência, pelo menos... Perdi a eleição. Dos meus 110 ou 120 votos que eu teria, tive 32 mil amigos a quem eu agradeço a confiança. Sempre teve pessoas que confiaram em mim. Mas quero chegar lá com a carta de inocência dada principalmente por este Conselho de Ética. No Plenário, dificilmente vou ter chance de ver o Plenário me inocentar porque provavelmente até aí já venceu o ano, e ficar para o ano que vem não sei se essa questão vai a plenário não tendo me reelegido. Mas o que preciso realmente é da minha inocência para mostrar para minha gente que aqueles que confiaram em mim não confiaram em vão.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Otávio Germano) - Agradeço a presença do eminente Deputado Érico Ribeiro. Dou por encerrado seu depoimento, agradecendo ainda a presença do seu procurador, e os libero, tendo em vista a continuidade da sessão deste Conselho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Otávio Germano) - Só deixar o Deputado se retirar e já continuamos. Passo a Presidência ao nosso Presidente, Deputado Ricardo Izar, com muito prazer e muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, lamento muito o que aconteceu com o Deputado Érico Ribeiro. O sofrimento que S.Exa. passou, tenho noção exata do que significa. Sr. Presidente, o Deputado sofre muito, mas o Deputado, neste Conselho de Ética, recebeu uma enorme luz dada pelo Relator, Zenaldo Coutinho, de que vai trazer seu relatório já na próxima terça-feira, se não me falha a memória. É esse o sentido da minha questão de ordem, Sr. Presidente, que quero trazer a V.Exa. Vou ler um requerimento que faço embasando essa questão de ordem e, em seguida, vou desdobrar e pedir que V.Exa. o considere:



“Sr. Presidente, decorridos mais de 240 dias da citação do meu nome na chamada Operação Sanguessuga, nenhuma prova contra minha pessoa foi apresentada.”

Eu sou um dos Representados, Sr. Presidente. Sou o Deputado João Correia.

“A Polícia Federal, a Procuradoria da República, a Corregedoria da Câmara e a CPMI dos Sanguessugas não as apresentaram porque não puderam, pelo simples fato de elas não existirem.

Não obstante a mais absoluta falta de provas, meu nome foi exposto à execração pública, a um massacre moral avassalador em quase todos os órgãos de comunicação do País. Negando-me o mais mezinho direito de defesa, tiraram-me o mandato popular e mergulharam a mim e minha família no mais profundo sofrimento da condição humana.

Fui representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pelo Partido Verde em 15/8/06 deste ano pelo meu *“possível envolvimento”* — assim está dito — “na Máfia dos sanguessugas. Em 9/10/06 apresentei, dentro do prazo regimental, minha defesa e fui, em 8/11/06, o primeiro Representado a prestar depoimento no Conselho de Ética.

Se nada foi provado contra mim, demonstrei, com documentos da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, que o criminoso Luiz Antonio Vedoin, desobrigado de falar a verdade neste Conselho de Ética, não apenas não foi ao meu gabinete no mês de janeiro de 2006 como sequer compareceu à Câmara Federal naquele mês. Fiz a comprovação após solicitar à Polícia Legislativa, em 20 de agosto do corrente — apenas 5 dias após ser representado — as gravações em vídeo referentes ao gabinete nº 358, por mim ocupado.”

Aqui, Sr. Presidente, eu quero explicar que no dia 20 de agosto eu fiz um documento, um ofício, para a Polícia Legislativa para que ela me fornecesse as cópias dos vídeos dando conta... do meu gabinete de nº 358. Eles não me responderam, eles não me responderam afirmativamente. Pediram uma nova, um novo requerimento. Eu o fiz, aqui estão como anexos a esta Comissão de Ética. E me responderam ao final de que não poderiam me fornecer porque o sistema não permitia. Muito bem. Estão em anexo.



“Na semana passada, Presidente, os Prefeitos acreanos estiveram em Brasília em busca de emendas individuais e coletivas. Procuraram-me os 3 Prefeitos aos quais aloquei as emendas para as unidades móveis em saúde em 2004, dentre os quais o Prefeito de Plácido de Castro, Paulo Cesar da Silva, único lugar em que a PLANAM ganhou a tomada de preços, já que concorreu e perdeu nas outras 2 Prefeituras. Conhecedor das limitações do Conselho de Ética em convocar testemunhas, tomei a liberdade de ligar para o Relator de minha representação, Deputado Anselmo, do PT de Rondônia, consultando da possibilidade de ele receber o Prefeito Paulo Cesar da Silva, seu correligionário partidário e meu adversário político local, para firmar convicção sobre a acusação do criminoso Luiz Antônio Vedoin de que — aspas — *“o próprio Parlamentar”* — no caso eu — *“entrou em contato com o Prefeito para acertar os detalhes do direcionamento da licitação.”* Isso foi devidamente negado pelo Prefeito, conforme documentos constantes de minha defesa. O Relator, infelizmente, não pôde recebê-lo.

Em todo o calvário a que fui submetido nesses 8 meses, o Conselho de Ética foi a única instância” — eu quero registrar isto com ênfase — “que me permitiu alguma defesa. Parcial, é verdade, pois ainda inconclusa.”

Em todas as demais instâncias, eu não tive uma única oportunidade de defender a minha honra e de defender a verdade. O Conselho de Ética foi a única instância que permitiu isso, ainda que de maneira incompleta.

“Tiraram-me o mandato popular, mas ainda não tiraram a minha vida. O convívio com a minha família também não tiraram, nem tampouco tiraram meu trabalho. Sou professor universitário há 28 anos. Sempre fui respeitado por meus pares e meus alunos. Os juristas ensinaram” — inclusive aqui — “que a honra é mais importante que a vida e o cancionero popular também proclama que a honra de um ser humano é o seu trabalho.

Por isso, sou obrigado a requerer, Sr. Presidente, o direito de ser julgado pelo Conselho de Ética da Câmara Federal. E requeiro ser julgado na semana que vem, primeira semana de dezembro, pelo fato de o recesso parlamentar colocar-se regimentalmente no dia 22 de dezembro próximo. Requeiro o direito de recusar a mortal ambigüidade da infâmia e requeiro o direito de afirmar a convivência ou não com a minha família e meus alunos ou como inocente ou como culpado, a juízo dos



membros deste Conselho de Ética. Para isso, declino” — isto é importante — “da apresentação de quaisquer outras provas” — ou de testemunhas — “de defesa...”

Não as quero mais. Basta a minha oitiva que fiz e basta a verdade que proclamei. E, por isso, eu solicito a V.Exa. o atendimento deste requerimento. Por quê, Presidente? Porque, de fato, meu mandato foi tirado, mas a minha vida, realmente, não, e a minha honra, não. Eu tenho que trabalhar, eu preciso trabalhar. Eu preciso trabalhar para ganhar o pão de cada dia. Lá no Acre, na minha terra, as coisas são tratadas assim. No dia em que vim confrontar o Sr. Luiz Antônio Vedoin, *O Jornal Oficial*, um dos diários oficiais do Governo do Acre, de quem sou adversário, estampou assim: *“E aqui ele pegava essa sanguessuga imensa, incomensurável, e trazia para todos os canais de televisão, para todas as rádios”*.

Então, Presidente, quero o direito, e acho que o Conselho de Ética não pode me negar, como cidadão e Parlamentar. Como cidadão e ser humano, de não fazerem um julgamento. Não estou pedindo, absolutamente, compaixão ou para ser absolvido. Não. Absolutamente. Quero apenas a oportunidade de que o Conselho de Ética se reúna e aprecie, com a mais absoluta liberdade, com a mais absoluta independência, os fatos objetivos que pesam sobre minha pessoa.

Já protocolei este requerimento, ao qual agrego este jornal (*Mostra jornal.*), bem como os ofícios para a Polícia Legislativa da Câmara desde o dia 20 de agosto, para ainda reforçar a minha inocência.

Então, neste aspecto, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. colocasse esse assunto em pauta, em tela. E nesse aspecto, invejo o Deputado Érico Ribeiro que terá, do seu Relator, um tratamento célere, correto, ajustado. Fosse pela linhagem do Deputado Zenaldo Coutinho... No caso, o Deputado disse que ia colocá-lo como inocente. Tenho certeza de que, se ele fosse culpado o Deputado também o colocaria como culpado, mas o colocaria imediatamente e não ficaria protelando, fazendo um jogo político infame e perigoso para impedir que o Conselho faça esse julgamento.

Era apenas isso que tinha a colocar na minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado. Esta Presidência vai entrar em contato com o Relator, solicitar imediatamente seu



parecer; apesar de que ele tem também indicações de testemunhas, e vamos pedir que ele desista de suas testemunhas. Vou solicitar que ele termine o seu trabalho na semana que vem. Caso contrário, serei obrigado a indicar um outro Relator e, imediatamente, colocar em votação. É o que pretendemos, Deputado.

Eu, ontem, expliquei aos membros do Conselho o objetivo geral de todos os membros e desta Presidência. Precisamos terminar diversos processos imediatamente e temos condições para isso. Espero, até o dia 15 ou 20 de dezembro, terminarmos pelo menos 10 processos.

Pois não, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, ouvi atentamente o Deputado João Correia, mas temos que dar alguns esclarecimentos.

Muitas vezes, como é o meu caso, o Relator está impedido de trabalhar por razões legais. Por exemplo, eu tenho 4 processos para relatar e já estou com alguma coisa adiantada. Não posso adiantar mais porque não ouvi ainda os Deputados. Alguns Deputados ofereceram o rol de 10 testemunhas, o Regimento só prevê 5. Pedi para que eles escolhessem quais as 5 e estou aguardando pauta para ouvi-los e, só a partir daí, eu posso fazer um ente de razão, chamar as testemunhas.

Agora, entendo que temos pressa, o senhor tem pressa, mas também não pode ser regra geral os Relatores dispensarem as testemunhas, porque, em muitos casos, as testemunhas são peças importantes para elucidar e para que cada Relator possa fazer seu ente de razão.

Portanto, temos que ter cuidado para não agir de maneira açodada só porque precisamos acabar os trabalhos no dia 22, e queremos acabar. Precisamos também ter elementos e ferramentas para trabalhar. A ferramenta de que preciso é ouvir os Deputados do processo do qual sou Relator. V.Exa. está procurando pauta que também não tem. Eu entendo a sua situação, mas o tempo está contra nós. Essa é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, ontem, inclusive nós tínhamos decidido que os Deputados que desistirem de serem ouvidos, por alguma razão ou por problema de saúde... Tem Deputados que já foram notificados 3 vezes. Esses nós já vamos desistir, não vamos trazê-los mais. O Relator já tem a defesa prévia e a base para fazer o seu relatório. Imediatamente, estamos



chamando as testemunhas. Não vindo, também vamos desistir. Não é possível! Na realidade, o objetivo do Conselho é terminar os processos. É impossível terminar os 67 processos, mas pelo menos 10, 12 processos temos condições de terminar. Inclusive, alguns Deputados, como o Deputado João Correia, querem ser julgado já, desistindo das suas testemunhas, desistindo dos prazos. Então, é o que vamos fazer.

Na semana que vem, vamos ouvir praticamente 2 ou 3 Deputados por dia e, na próxima semana, já vamos fazer os primeiros julgamentos. Então, gostaria do empenho de todos os Srs. Relatores. Lógico que há casos que não temos condições de terminar e em outros os Relatores já têm opinião firmada e já podem terminar. É um apelo que faço. Tenho a intenção e quase a certeza de que vamos conseguir terminar pelo menos 10 processos até o dia 22 de dezembro.

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, o que me chamou à atenção, nessa falsa questão de ordem do nobre Deputado João Correia, é de que ela é uma súplica e não um dispositivo previsto no Regimento Interno. Uma súplica até dramática, Sr. Presidente. Uma súplica que, na verdade, marca e estigmatiza os epidêmicos, aqueles que, alcançados pela epidemia da *paura*, estão procurando por meio de chicana atrapalhar o trabalho do órgão, que é o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

É uma questão de coragem, de afirmação, de respeito à justiça que se tem feito neste Conselho. Não tenho opinião formada a respeito do processo da representação do Deputado João Correia, mas eu imagino que ele, abrindo mão de todos os seus direitos processuais, afirma-se disposto a encarar a decisão do Conselho, numa manifestação concreta e antecipada do respeito que tem pelo órgão, coisa que os outros não estão fazendo nem praticando.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, ouvi de forma estrepitosa a angústia e uma súplica de quem está procurando justiça com rapidez, e que não sejamos nós cúmplices daqueles chicaneiros que estão postergando a decisão final do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Temos alguns requerimentos a serem votados:



Requerimento nº 290, de 2006, do Deputado José Eduardo Cardozo, que requer seja convidado o Deputado Ricarte de Freitas a comparecer neste Conselho com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a Representação nº 125, de 2006.

Requerimento nº 291, que requer seja convidado o Deputado João Caldas a comparecer neste Conselho com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a Representação nº 94, de 2006.

Requerimento nº 292, de 2006, que requer seja convidado o Deputado Iris Simões a comparecer neste Conselho com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a Representação nº 91, de 2006.

Requerimento do Deputado Bosco Costa. Processo nº 24, de 2006, instaurado contra o Deputado Almeida de Jesus. Requer a oitiva do Representado e de testemunhas do Relator, Francisco Jalcir X. Moreira, Zélia Maria Barbosa Henrique e Antônio Carlos Machado, além das testemunhas arroladas pelo defesa.

E o Processo nº 74, de 2006, instaurado contra o Deputado Paulo Gouvêa, que requer oitiva do Representado e a oitiva das testemunhas Adarildes Maria Moraes Costa e Washington da Costa e Silva, Wilson Mendes Gomes e Fagner Manoel Antônio.

Requerimento nº 293, de 2006, do Deputado Fernando Coruja, que requer a oitiva do Representado e das testemunhas que menciona, relativas ao Processo nº 38, de 2006, instaurado contra o Deputado Edir Oliveira.

Requerimento nº 294, que requer a oitiva do Representado e das testemunhas que menciona relativas ao processo nº 73, instaurado contra o Deputado Paulo Feijó.

O requerimento do Deputado João Correia não há necessidade de ser colocado em votação, porque já vamos decidir isso, Deputado. Vou fazer contato com o Relator ainda hoje.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não Deputado Zenaldo Coutinho.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Sr. Presidente, é sobre o ofício enviado pelo advogado do Deputado José Divino, solicitando que ele seja ouvido no



dia 20 de dezembro. Essa data é muito elástica. E como ele já fora convocado para esta semana, via este ofício, eu solicitaria a segunda convocação dele para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está aceito, Deputado. Nós faremos uma segunda convocação para terça-feira ainda hoje.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria de colocar em discussão e votação os requerimentos lidos nesse instante e o requerimento do Deputado Fernando Coruja.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Srs. Deputados, amanhã nós faremos uma reunião às 9 horas, a pedido do Deputado Mussa Demes, Relator do processo do Deputado Pedro Henry.

Então, convoco V.Exas. para uma reunião amanhã, às 9 horas.

Está encerrada a reunião.